



CONTRATO

EMPREITADA 198/GEBALIS/2021 - CONCURSO PÚBLICO MODERNIZAÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES

Entre:

Primeira Outorgante – GEBALIS - GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M., S.A., pessoa coletiva n.º 503 541 567, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 642, com sede na Rua Costa Malheiro, Lote B12, 1800-412 Lisboa, e aqui suficientemente representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração Pedro Pinto de Jesus, portador cartão de cidadão n.º válido até , de ora em diante referida abreviadamente por GEBALIS, E.M. S.A. – na qualidade de Entidade Adjudicante;

E

Segunda Outorgante – ORONA PORTUGAL LDA., pessoa coletiva n.º 501606319, com sede em Beloura Office Park, Alameda da Beloura Edifício 4, Piso 2, 2714-561 Sintra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra, sob o número 5016063198, com o capital social de 521.248,34,00€, e aqui suficientemente representada pelo seu procurador Jorge Filipe Martins Maia Pinto , portador do cartão de cidadão n.º válido até com poderes de assinatura confirmados em Procuração datada de 09/12/2020 e na Certidão Permanente da empresa válida até 02-07-2022 (código de acesso), na qualidade de Adjudicatário.

----- E POR AMBAS FOI DITO -----

Que pelo presente instrumento formalizam a contratação de uma Empreitada de Obras Públicas que se regerá nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, de ora em diante designado abreviadamente por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto , com as alterações introduzidas pela Lei 30/2021, de 21 de maio, e respetiva legislação complementar, e ainda nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto o perfeito e pontual cumprimento da empreitada de obras públicas cuja execução o Conselho de Administração da GEBALIS, E.M., S.A. deliberou adjudicar à Segunda Outorgante, na sequência do procedimento designado por EMPREITADA 198/GEBALIS/2021 - CONCURSO PÚBLICO MODERNIZAÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, na sua deliberação 604/CA/2021 de 23 de setembro de 2021.
2. O modelo de minuta do contrato foi aprovado pelo Conselho de Administração, pela sua deliberação 604/CA/2021 de 23 de setembro de 2021 e mereceu a aprovação pelo Adjudicatário em 30/09/2021.
3. Do presente contrato fazem parte integrante as peças do procedimento, a proposta, os esclarecimentos prestados, os documentos de habilitação do Empreiteiro.

Cláusula Segunda

(Descrição do Objeto)

1. O presente concurso tem por objeto a realização de obras de Modernização e Reparação de Elevadores nas moradas Av. Ceuta Norte , lotes 4B, 6A, 7 e 8A , Av. Ceuta Sul, lotes 2, 6 e 8, R. Maria José da Guia, 11, Rua General Justiniano Padrel, 26 (lote 30), Rua Vitor Santos, lote R7, conforme caderno de encargos.
2. Para além do cumprimento das obrigações expressamente assumidas pelo Adjudicatário relativas à execução perfeita e pontual do objeto do presente contrato, compreende ainda o cumprimento por parte do Empreiteiro de toda a legislação aplicável à gestão de resíduos, ao ruído e à saúde e segurança.
3. É ainda entendida como execução perfeita e pontual do objeto do presente contrato a reposição de todos os danos eventualmente causados durante a execução dos trabalhos e que destes sejam direta ou indiretamente decorrentes.

Cláusula Terceira

(Preço e Regime)

1. O preço do presente contrato é definitivamente fixado na quantia de **64.395,98€** **(sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e cinco euros e noventa e oito**

cêntimos), acrescido de IVA, de acordo com a aplicação da verba 2.23 da Lista I anexa ao Código do IVA (CIVA), conjugado com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 18º do CIVA.

Cláusula Quarta

(Faturação e pagamento)

1. O pagamento das faturas deve ser feito no prazo de 60 dias após a respetiva receção.
2. Ao abrigo do nº 3 do art.º 88º do CCP, será deduzida a quantia de 5%, em todos os pagamentos a efetuar ao Empreiteiro, cuja restituição deve acontecer após a receção definitiva.
3. Nos termos do disposto no artigo 392º do CCP, e sem prejuízo do disposto no número anterior, poderão ainda ser deduzidas aos pagamentos a fazer ao Empreiteiro todas as importâncias necessárias à liquidação das multas que eventualmente lhe tenham sido aplicadas, bem como todas as demais quantias que lhe sejam legalmente exigíveis.
4. O adjudicatário obriga-se a emitir faturas em nome da Gebalis, E.M., S.A. as quais deverão sempre e obrigatoriamente conter a indicação do número e designação do contrato EMPREITADA 198/GEBALIS/2021 - CONCURSO PÚBLICO MODERNIZAÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, bem como o compromisso 2021/724, respeitantes ao presente contrato e nos termos enunciados no caderno de encargos.

Cláusula Quinta

(Prazo de Execução da Empreitada)

1. O prazo de execução da obra é de 90 dias.

Cláusula Sexta

(Trabalhos Preparatórios ou Acessórios)

1. O Empreiteiro é obrigado a realizar todos os trabalhos que devam considerar-se preparatórios ou acessórios dos que constituem objeto do presente contrato.

2. O Adjudicatário deverá garantir, a seu encargo exclusivo, a segurança e salvaguarda dos bens, já incorporados ou a incorporar na obra, e ainda dos moradores e respetivos bens, sempre que para a execução dos trabalhos seja necessário aceder ao interior dos edifícios, fazer uso de andaimes ou remover temporariamente quaisquer proteções.
3. Compete ao Empreiteiro coordenar com os moradores, concessionárias e quaisquer outras entidades, as datas e horas com vista à realização dos trabalhos a efetuar, bem como assegurar o pagamento de quaisquer taxas ou encargos.

Cláusula Sétima

(Prazo de Garantia)

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:
 - a) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.
2. Durante o prazo de garantia o Empreiteiro é obrigado a levar a cabo e a custear as substituições de materiais ou equipamentos e ainda a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição do cumprimento do presente contrato e o uso normal da obra, nas condições no mesmo previstas.
3. Caberá ao Empreiteiro proceder à reparação no prazo máximo de vinte e quatro horas, ou outro prazo que mereça a concordância da GEBALIS, E.M., S.A., de todos os vícios que lhe forem denunciados pela Entidade Adjudicante, ao abrigo da garantia da obra.

Cláusula Oitava

(Execução simultânea de outros trabalhos)

1. A GEBALIS, E.M., S.A. reserva-se o direito de executar ela própria ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os das presentes empreitadas e nos mesmos espaços, quaisquer trabalhos não incluídos nos contratos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos que constituem o objeto do presente procedimento.

Cláusula Nona



(Foro competente)

1. Para apreciação das questões emergentes do presente contrato é competente o foro da comarca de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula Décima

(Notificações)

1. Para todos os efeitos legais e contratuais as partes outorgantes declaram que têm as suas sedes nas moradas acima por si indicadas, ou noutras que, na vigência do presente contrato, venham a ser comunicadas à contraparte.

Cláusula Décima Primeira

(Cabimentação orçamental)

Os encargos resultantes deste contrato para a Entidade Adjudicante têm cabimento no Orçamento da GEBALIS, E.M., S.A., na económica "02-Aquisição de Bens e Serviços", para o corrente ano económico, de acordo com a Repartição de Encargos aprovada pelo Conselho de Administração da GEBALIS, E.M., S.A., através da deliberação 604/CA/2021 de 23 de setembro de 2021.

Cláusula Décima Segunda

(Gestor do Contrato)

1. Foi designado como gestor de contrato a Sr. _____ da DCP.

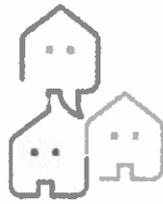
Cláusula Décima Terceira

(Proteção de Dados Pessoais)

1. Nos termos e para efeitos do presente Contrato, cada uma das partes compromete-se a assegurar a confidencialidade, bem como a privacidade dos dados pessoais em cumprimento do disposto na legislação de proteção de dados pessoais em vigor em cada momento, nomeadamente no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. Cada uma das partes declara que a execução do Contrato implica o conhecimento e, caso aplicável, a aceitação da Política de Proteção de Dados Pessoais da contraparte, em vigor em cada momento.

3. Os dados pessoais, que sejam objeto de operações de tratamento pelas partes, designadamente os relativos a cada uma das partes, como sejam os dados dos seu(s) representante(s) (entre os quais, gerentes, procuradores, administradores), em particular, o nome, endereço de celebração e gestão do Contrato, são apenas os indispensáveis e destinam-se a ser tratados no âmbito e para efeitos de execução da relação contratual entre as partes.
4. Sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, cada uma das partes poderá comunicar os dados pessoais, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais, exercício de direitos em processos judiciais, nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras, nos termos previstos na legislação aplicável.
5. Cada uma das partes obriga-se a assegurar que entidades terceiras que, em seu nome e por sua conta, procedam ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente Contrato ficam obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção da privacidade e dos dados pessoais). Os titulares dos dados podem ainda submeter reclamações à autoridade de controlo, atualmente a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).
6. Nos termos da legislação aplicável, cada uma das partes obriga-se a assegurar aos titulares dos dados, a qualquer momento, o direito de acesso, retificação, atualização, limitação e apagamento dos seus dados pessoais (salvo quanto aos dados que sejam indispensáveis à execução do Contrato ou ao cumprimento de obrigações legais a que cada uma das partes, enquanto responsável pelo tratamento, esteja sujeita), o direito de oposição à sua utilização para fins comerciais, bem como o direito à portabilidade dos dados, o que poderá ser feito por escrito fazendo prova da respetiva identificação.
7. A omissão ou inexatidão dos dados pessoais ou demais informações prestadas por cada uma das partes é da sua inteira responsabilidade.

Este contrato de empreitada de obras públicas foi celebrado, em duas vias, aos 12 dias do mês de outubro de 2021 e exprime em concreto a vontade de ambas as



Gebalis

gestão de serviços de
energia e água em Lisboa

partes outorgantes que, por isso, o assinam com total e perfeito conhecimento do seu conteúdo e alcance.

Lisboa, 12 de outubro de 2021

A Primeira Outorgante –

[Assinatura
Qualificada] Pedro
Pinto de Jesus

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Pedro
Pinto de Jesus
Dados: 2021.10.13 12:31:51 +01'00'

A Segunda Outorgante –

Assinado por: **JORGE FILIPE MARTINS MAIA
PINTO**

Num. de Identificação Civil:

Data: 2021.10.13 08:02:29 Hora de Verão de GMT



CARTÃO DE CIDADÃO



